

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Herbert Victor Levy - Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy - Vice-Presidente

Paulo Roberto Ferreira Levy
Henrique Alves de Araújo
Roberto de Souza Ayres
Delacir Mazzini
Benjamin Constant Correa Junior

GAZETA MERCANTIL

19 JAN 1996

SEXTA-FEIRA, 19, E FIM DE SEMANA, 20 E 21 DE JANEIRO DE 1996

Estrutura para poder voltar a crescer

Com sua aptidão natural para a exposição de fatos e idéias, o presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu pronunciamento seguido de entrevista nesta semana, balizou a condução do governo durante o seu mandato pela manutenção da estabilidade econômica. Como ponto alto, ele mencionou a queda da inflação, na continuidade do Plano Real, cujos ganhos para a população são tão bem expressos pelo aumento do consumo de alimentos. E, significativamente, como maior ameaça, ele apontou o déficit do setor público.

A linha traçada para esse período já era bastante clara para os observadores. O que chamou a atenção foi o empenho pessoal do presidente em segui-la. O presidente Fernando Henrique acredita na possibilidade de manter o País em crescimento a taxas moderadas, mas que ninguém se iluda: ele tomará novas e duras medidas para conter a demanda interna e preservar as contas externas, se necessário for, partindo do pressuposto de que, sem estabilidade, não há saída.

Para um primeiro ano de governo, recebendo o País nas condições que recebeu, o presidente Fernando Henrique saiu-se muito bem, tanto mais considerando os novos obstáculos surgidos à medida que o Plano Real avançava. Em 1995, o País se viu diante da perspectiva de uma crise cambial determinada pela repentina erosão da confiança nos mercados emergentes, e isso exigiu uma estratégia que produziu resultados até impressionantes, sob o ponto de vista estrito do balanço de pagamentos. Mas a solução gerou problemas de ordem monetária que vieram acenar graves distorções, como as elevadíssimas taxas de juro, que só aos poucos vêm sendo reduzidas.

Essa crise coincidiu com um aquecimento da demanda em decorrência direta do processo de estabilização, cuja intensidade surpreendeu o governo. A política para correção desses desvios correu paralela às medidas para prevenir desequilíbrios mais sérios na área externa. E, como observaram alguns economistas, foi uma feliz coincidência ou um oportuno alerta, mas a política então adotada afetou seriamente a demanda interna e não deixou de prejudicar também a abertura comercial externa, mantida, mas cerceada pela imposição de elevadas alíquotas para importação de certos produtos.

Superado o constrangimento externo, os problemas na área interna agravaram-se com o desajuste do setor financeiro. Como observou o presidente, houve uma imensa redução da participação do sistema financeiro no produto nacional como consequência do processo de desaceleração inflacionária, sendo previsível que muitas instituições não iriam resistir a essa evolução. O governo não estava preparado para fazer face ao problema, mas se articulou rapidamente colocando em prática o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer). Sem nos deter na análise de casos específicos de intervenção do Banco Central (BC) em instituições financeiras, deve-se reconhecer que as autoridades monetárias conseguiram evitar uma crise que poderia vir a ter proporções desastrosas.

Houve muito desgaste por isso. Premidos também por dificuldades, empresários de outros setores chegaram a reivindicar um programa como o Proer.

As queixas não eram menos dirigidas ao tratamento dado ao setor financeiro do que à situação em que se viu a indústria, principalmente, diante da queda da demanda aliada a altos custos internos e um câmbio sobrevalorizado. É discutível se o País entrou ou não em recessão, mas houve um agudo declínio do nível de emprego industrial. Se tomado o emprego como um todo, não houve uma redução mais sensível, graças à área de serviços, mas não é menos verdade que a perda crescente de postos de trabalho no setor bancário já se faz sentir.

A transição está sendo difícil, mas, em abono do governo, deve-se notar que o processo de reformas avançou muito e medidas corajosas estão sendo tomadas para conter o déficit operacional do setor público, que, pressionado pelos gastos de pessoal, chegou a 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1995. Com o apoio ostensivo dos governadores, tudo indica que a reforma administrativa, a única capaz de produzir resultados a mais curto prazo, será levada a termo. A reforma previdenciária igualmente pode evitar pressões sobre o déficit em futuro próximo e alguns acertos importantes devem feitos na área tributária.

O País não está fazendo capital em casa tanto quanto deve, mas preservou a estabilidade e está dando curso a uma profunda reforma do Estado. Na realidade, o povo tem mostrado mais compreensão do que os políticos. A maioria dos brasileiros percebe que está sendo criada a base para investir para crescer, e crescer com distribuição de renda.